

Silhueta do pensamento filosófico antropológico

Luís Carlos B. Gambogi

Doutor em Filosofia do Direito pela UFMG; Desembargador do TJMG; Professor do Bacharelado e do Mestrado da Universidade Fumec, em Belo Horizonte.

1 O homem, ele existe?

Ontologicamente falando, o homem não existe. Ele é produto de uma espécie de rebeldia que o constitui, nasce de sua vontade de resistir à realidade, de não se conformar com a realidade; poder-se-ia dizer que o homem é produto de um embate entre ele mesmo e as ásperas circunstâncias da vida que lhe foram postas. Numa palavra: a adversidade é o motor da vida. Com o avanço dos estudos antropológicos, não se nos parece mais possível supor que a liberdade e a identidade sejam características ontológicas ao homem. O homem não é por natureza o que deve ser; por natureza, somos animais racionais. Sob o ângulo antropológico, jamais nos converteríamos em humanos fora do mundo da cultura. Isto é, não somos humanos por razões naturais, somos humanos por razões culturais. É a partir de nossas raízes enterradas em nosso lado animal (necessidades, instintos, desejos, paixões, etc.), lado que nos serve de alicerce para que possamos nos constituir, para que possamos definir nossa identidade mediante

relações intersubjetivas travadas no interior da cultura e do contexto social no qual cada um de nós se encontra, que nos fazemos humanos.

Vivendo em sociedade e dividindo o mundo com seus semelhantes, os homens se veem compelidos a pensar regras de conduta que lhes permitam com-viver (viver com o outro), assumindo o seu código ético o papel de pilastro central na edificação da cultura. É que, não obstante racional, na sua essência, o homem não se faz humano na existência em razão de sua racionalidade. O homem se faz homem numa peleja diuturna contra si mesmo, educando-se, desenvolvendo e aperfeiçoando sua consciência científica, política e ética. O homem se faz humano à medida que desenvolve e imprime, na cultura em que se encontra mergulhado, a força ordenadora de sua inteligência, que se manifesta normatizando o agir humano de modo a prescrever regras éticas para a vida em sociedade, de modo a fazer com que a conduta humana siga um padrão ético socialmente aceito, padrão ético este que vai lhe permitir traçar a linha que, como critério de julgamento, poderá separar a conduta humana da desumana, o homem do animal racional.

Depreende-se que não subscrevemos as razões dos que sustentam que o homem seja um ser biologicamente desenvolvido ou que a racionalidade seja um *reles* epifenômeno da natureza, do sensorial-corporal. Nossa dimensão biológica carece de nossa dimensão espiritual, sem a qual não se constitui o humano. Abolida a sua consciência moral, por exemplo, morto estará o homem porque, sem consciência moral, sobra-lhe a mera condição de animal racional. Em verdade, o espírito não é natureza, é contra a natureza, não é epifenômeno da natureza, opõe-se ao natural; nasce da carência, da falta, de dada energia que não pode deixar de ser consciência, que é consciência na medida em que resiste ao não ser. Por ser racional, além de seu campo biológico, conta o homem com a capacidade não só de se fazer presente em si mesmo (consciência de si), mas, também, de fazer presente em si, intencionalmente, a realidade que conhece (consciência para si). Ao

mesmo tempo, pode, pelo querer, pela vontade, exercer domínio sobre o seu dinamismo biológico-sensorial e, assim, agir livremente.

Portanto, compreendo que equivocadas e paradoxais são as correntes que abortam racionalmente a espiritualidade humana quando afirmam que a razão é produto dos estímulos internos e exteriores que nos fustigam. Ora, o que se nos parece é que o homem, compelido por sua condição biológica-existencial e social, se vê obrigado a erguer a cultura, mundo seu e que o faz humano, isto é, o homem faz-se homem na medida em que socializa sua existência e desenvolve a intersubjetividade, transcendendo a situação concreta que experimenta e abrindo-se às possibilidades da cultura e do vir-a-ser.¹ Faz-se homem na medida em que transcende a sua natureza, à medida que vai além da natureza, ainda que continue integrando a natureza como ser sensorial-corporal, onde estão suas raízes.

Para conhecer o que é humano, individual, interindividual e social, é preciso unir explicação e compreensão [...]. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, potencialmente, todo sujeito não é apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão (MORIN, 2009, p. 127).

Somos humanos, mas nosso fundamento está na condição existencial, social e cultural que nos constitui. Somos o que conseguimos ser em nossa luta contra o nosso fundamento psíquico-biológico. Assim, ao afirmarmos que o homem se faz humano, constitui-se homem quando constrói a si próprio, cultural e historicamente, não queremos negar o lado animal que permanece em nós. Porém, como somos seres dotados de vontade, de liberdade, essência espiritual de nosso ser, po-

¹ No que toca ao domínio das forças orgânicas, psicológicas e instintivas, recordamos que foi justamente por combatê-las, seja impondo-lhes comando racional (Kant), seja recusando-as (Hegel), seja dando-lhes direção (Max Scheler), seja combatendo-as (Nietzsche), que o homem pode erguer a cultura. Não tivesse ele tido êxito nessa empresa e ainda seria escravo da natureza. Admitir o contrário implica admitir que nossa liberdade não se dê em oposição à natureza, mas, sim, graças a ela, o que não encontra suporte lógico.

demos sobrepujar nossa base biológica e nos converter em humanos; de igual modo, podemos deixar de ser humanos se nos desfizemos das substâncias culturais que fazem de nós seres humanos, arrancá-las ou consumi-las. Para ilustrar, invocamos aqui as palavras que, em agradecimento, proferiu o Prof. Gerson de Britto Mello Boson quando da solenidade que lhe conferiu o título de Professor Benemérito pela Universidade Fumec, Belo Horizonte, em 31 de maio de 2001. Ei-las:

Até hoje, nada esperei do tigre, da zebra nem do gato. Todos eles — como sabem — são seres aprisionados pelo mundo da natureza. Não têm eles opção, não têm eles liberdade. Por isso o tigre não destigra, zebra não deszebra nem o gato se desgata. O homem, ao contrário, desumaniza-se.²

Sempre cri no homem porque este não pode ser visto, em nenhuma interpretação que dele se possa fazer, só como natureza ou só como espírito. Em nós humanos, estes elementos não se relacionam, unem-se como unidade vital, individual, indissolúvel. E, embora daí advenha toda a nossa dramaticidade exis-

² “Gilles Lipovetsky reflete igualmente sobre os egos contemporâneos. Ao lado das oposições ‘holistas/hierárquicas’ e ‘democráticas/individualistas’ por Louis Dumont, ele vê despontar uma segunda revolução individualista. Após as revoluções democráticas — inglesa, americana e francesa — nossa época cumpriria a revolução psicológica do narcisismo. Atualmente o *homo psychologicus* teria destronado o homem político. A comunicação teria ultrapassado a politização, assim como o permissivo teria suplantado amplamente o coercitivo. Esse trabalho destaca o fato de que os séculos XVII e XVIII generalizaram as ideias de igualdade e de liberdade dos indivíduos. Para Lipovetsky, entretanto, a privacidade das existências modernas se tornou tão importante que não é mais possível considerar o individualismo como um fenômeno jocoso. Assim, longe de ser uma ‘ilusão social’, a ideologia individualista produziu — e continua a produzir — uma mutação que nos separa para sempre das outras sociedades. Conceituar as diversas manifestações do individualismo atual, portanto, é observar uma escalada numa lógica de longa duração. Vivemos o último estágio da história, já multissecular, do *homo aequalis*, do homem que tem direitos. Além disso, nossas sociedades hedonistas arrematam a massificação lenta do individualismo. Elas preferem pressões mais íntimas, mais psicológicas, ao invés de adestramentos disciplinares e autoritários. A ‘crueldade dos costumes’, da qual falava Nietzsche, abre espaço para a busca da felicidade psicológica. Outrora, o indivíduo casava-se para a vida toda. Em nossos dias, a ideia de que não se deveria nunca se divorciar aparece como uma ideia bárbara. No fundo, os indivíduos contemporâneos são muito narcisistas, mas também muito desequilibrados, como revela a proliferação das perturbações psicológicas. Nossas representações não possuem coerência única. As pessoas podem ser ecologistas e andar de avião, retornar ao judaísmo e fazer *marketing!* Esta descrição demonstra que, maciçamente, os egos contemporâneos desinvestem a coisa pública. O indivíduo moderno era político, ele queria a revolução, a laicidade, etc. O indivíduo pós-moderno é mais psicológico. Longe de não amar nada, ele ama tudo” (DESCAMPS, 1991, p. 82).

tencial, é irrecusável admitir ser daí, outrossim, que advém toda a grande importância da liberdade para a nossa vida, e dentro desta, a sua maior importância para o direito de expressão, o direito de comunicar-se. No seu modo absoluto de ser, e no seu modo relativo, circunstancial, de efetivar-se, a liberdade é indispensável ao mundo do homem, — o mundo da cultura, por nós mesmos criados sobre os suportes da natureza. [...].

O homem, como ser racional, não muda; no entanto, o conteúdo do seu pensamento, seu modo de interpretar a realidade, não para de mudar. Essa nossa luta para mudar nosso modo de pensar, essa nossa peleja que nos forja historicamente, não tem sido fácil. No início, tivemos que nos desembrulhar do macaco que éramos; depois, que vencer a ignorância, o medo, os demônios e os monstros imaginários que nos assombravam. Já estivemos presos a grilhões que nos restringiam mais que hoje, já fomos moldados pelos mitos e pelas religiões, já estivemos vinculados a tradições e costumes em que as relações sociais eram realizadas sob estruturas extremamente rígidas, sem mobilidade alguma, atadas e regidas pelos ínfimos saberes de seu tempo. Passo a passo, no entanto, fomos digladiando com a sombra e fomos lançando luzes sobre a escuridão, fomos construindo a cultura, produzindo conhecimento e esclarecimento, fomos nos libertando. Hoje, se olharmos para o passado, não obstante as dificuldades ínsitas à operação, haveremos de compreender que o mundo está melhor em inúmeros campos (saúde, educação, saneamento, por exemplo). Talvez porque os desafios à nossa frente nos rendam medo, espanto, encantamento e pânico, ficamos a conjecturar que o presente é pior que o passado, o que não é verdade.

Em nossas reflexões, os inúmeros determinismos que nos constituem, hoje mostrados pelas ciências, não nos permitem concluir que sejamos completamente determinados. Ora, a premissa segundo a qual somos inteiramente determinados está longe de ser conclusiva;

aliás, se adotada como certa, afetará o próprio desempenho das ciências, que devem, sempre, recusar o fechamento de horizontes. Hannah Arendt (1993), no conjunto de sua obra, deixa claro que, no seu entendimento, não estamos condenados a obedecer às leis de nossa própria natureza nem condenados pelas leis culturais; ao contrário, podemos sempre agir em função de nossa liberdade, seguindo e construindo o curso da História, curso que sempre decorre de iniciativas humanas, também mudado por iniciativas humanas.

A conclusão é: não há lei determinista que se imponha ao homem de modo completo e definitivo. Este está sempre apto a recommear, razão pela qual insistimos em que as ciências devem repelir o preconizado pelas teorias deterministas, típicas do pensamento positivista, porque o homem, em razão de sua natureza contingente, de sua inteligência, de sua liberdade, nunca poderá abdicar de sindicarmos um sentido para as coisas e para o mundo, num esforço que, no fundo, busca identificar um sentido para si mesmo. A condição humana é, portanto, uma condição que continuamente nos abre feridas, tão grande é o grão de vida e de morte de que se alimenta. Ser homem é viver a incrível, a mágica experiência de compreender o mundo e a natureza mediante a compreensão de si mesmo.

2 O homem é um ser que pergunta!

Se abrir mão de indagar sobre sua liberdade, se abrir mão de dar um sentido à vida, renunciará à sua condição de humano. Portanto, mantemo-nos convencidos de que nós não somos só natureza nem só condicionamento social e cultural, somos também razão ativa, cujo traço essencial é a presença da liberdade. Por essa razão, o homem é incomparável aos outros animais em vários aspectos: linguagem, eticidade, ciência e técnica. Porém que fique claro que o que faz dele um homem é o uso de sua racionalidade ética e de sua liberdade na cons-

trução de sua humanidade. Implica dizer: não somos somente seres culturais e históricos nem somente matéria, natureza sensorial-corporal. Somos ambos! É que, por sermos dotados de razão e liberdade, não só driblamos nossos condicionamentos sociais e culturais como escapamos ao determinismo interior. Não obstante, devemos admitir que nossa razão não é santa, isto é, inteiramente esclarecida, pura, nem somos inteiramente libertos da nossa condição corpóreo-sensorial e psíquica.

Não à toa a própria liberdade, elemento fundamental de nossa condição, não pode ser inteligida adequadamente, sobretudo nas complexas sociedades da atualidade, sem a ela incorporar o conhecimento, pressuposto necessário para que se possa exercer a liberdade qualificada, eis que a liberdade se aperfeiçoa na medida em que, ao usá-la para fazermos nossas opções e nossas escolhas, contamos com o conhecimento para bem deliberar, uma vez que o conhecimento e a reflexão ajudam-nos a melhor conhecer o objeto de nossa deliberação e a ela agregar qualidade. O conhecimento, além de alicerçar nossas decisões com fundamentos sólidos, assegura-nos deliberar radicados na epistemologia e na racionalidade, ao tempo em que permite que nossa autonomia opere diante de um horizonte límpido, esclarecido.

Estudos no campo da neurociência e da psicologia, somando-se às reflexões filosóficas, revelam que o homem é, sim, forjado pela cultura, fenômeno do qual é criador e criatura. Nela imprimimos elementos que nos são inatos, como o amor e a solidariedade, o ódio e a intolerância. Contestar-me-á o que nega essa perspectiva, sustentando que a razão é subproduto de forças naturais. Não concordo! Penso que não podemos nem devemos reproduzir os equívocos que, desprezando o papel da racionalidade e da liberdade na estruturação do homem, sustentam que a razão é mero epifenômeno da natureza, como que um reles acessório da natureza. Há, em nós, sim, e o naturalismo/materialismo não consegue enxergar, o elemento transcendência (na-

turalmente, refiro-me à transcendência que se dá na imanência) e o elemento força espiritual, que não ignoram a importância nem o peso sensorial-corporal, o peso das forças naturais, mas que repelem a conclusão de que a racionalidade e a liberdade são meros epifenômenos das forças naturais.

Em verdade, para o naturalismo/materialismo, estamos inteiramente condicionados pelo mundo natural ou sob o jugo dos condicionamentos exteriores, sociais e culturais. Ora, se assim somos, como explicar a liberdade e a responsabilidade que dela decorre, como explicar a cultura e o fato de sermos capazes de fazer de nós mesmos objeto do conhecimento? Fosse verdadeira a assertiva, a própria premissa que sustém o Direito estaria inteiramente esvaziada porque teríamos todos que ser considerados inimputáveis. Em verdade, temos, sim, nosso campo psíquico e nosso campo natureza, mas, ao mesmo tempo, somos produto das condições que a liberdade e as circunstâncias históricas nos permitem. Seres existenciais-culturais e sociais que somos, nossa autonomia não é plena porque dependente de inúmeros fatores, dentre eles o delicado equilíbrio do que nos constitui. Mesmo com nossas raízes enterradas no nosso lado natureza, usufruímos do espírito porque nosso lado natureza não é capaz de nos subtrair integralmente a liberdade, a vontade, nossa essência constitutiva, condição insubstituível para o aparecimento de nossa autonomia, autonomia que se encontra calibrada pelas nossas circunstâncias históricas, pelo outro, com o qual nos relacionamos, e por nossa posição pessoal e situacional, ou seja, gozamos de autonomia, mas de autonomia relativa e relacional.

O pensamento naturalista/materialista sustenta que os fenômenos espirituais, as ideias, as instituições e as estruturas são reflexos dos fenômenos sociais, dentre os quais assume maior peso o fenômeno econômico. Evidentemente que não se quer aqui apartar o espírito da realidade integral que forja o homem. Mas, em se admitindo que

a conduta humana é determinada pela realidade material, pelo inconsciente ou pela carga genética hereditária, qual o sentido moral de continuarmos a exigir a condenação dos criminosos e a sancionar o ilícito? Naturalmente que, sem a premissa de que devemos responder pelo que somos e fazemos, em razão de nossa liberdade, nenhuma civilização sobrevive. Da liberdade nasce a responsabilidade. Não à toa podemos conhecer pessoas que conhecem a liberdade por ouvir dizer, não porque as circunstâncias da vida lhes limitaram o grau da liberdade, não porque suas consciências foram alienadas pelo véu ideológico, mas porque sempre esperam que alguém faça por elas para que não tenham que suportar o ônus da responsabilidade, razão pela qual da liberdade só conhecem o direito de ir e vir. É em razão de nossa liberdade que nos desgarramos e nos libertamos do cão e do jugo social que mora em nós, sempre mais e mais na medida em que conheçamos a liberdade qualificada, a liberdade que não se reduz ao ir e vir porque aprofundada com o conhecimento e a reflexão. Em verdade, circunstâncias que nos ligam à natureza ou às forças externas, por mais poderosas que sejam, não se sobrepõem à decisão de vencê-las, exceto quando, por algum motivo qualquer, venha a nos faltar paixão na vontade. É a lição que nos vem de J. P. Sartre, ao escrever: “Não são as ideias que modificam os homens, não basta conhecer uma paixão pela causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opor-lhe outras paixões, combatê-la como tenacidade, enfim, trabalhar-se” (SARTRE, 1978, p. 117).

Depreende-se que não nos convencem os argumentos naturalistas/materialistas. Ora, se tudo se reduz à matéria e à natureza corpóreo-sensorial e psíquica, como explicar a consciência? Se a consciência é produto fenomênico do desejo, por que inumeráveis vezes agimos contra os nossos desejos? No nosso entendimento, assim como a matéria não é espírito, o espírito não é matéria. O homem, “enquanto projeto de si mesmo, é igualmente vinculado à facticidade da história e ao dado prévio de um corpo físico-sensorial” (ARLT, 2008, p.

8). A liberdade, essência do espírito, é como um músculo: cresce com o exercício. O querer ser livre, o esforçar-se para ser livre, o combate permanente às forças da natureza e às limitações sociais e culturais fortalecem, movimentam e ampliam a consciência da liberdade. Valendo-nos de uma linguagem kantiana, diríamos: do uso da razão pura, do raciocínio lógico depende a nossa sobrevivência como seres que conhecem, que produzem conhecimento científico e técnico; do uso da razão prática, da vontade, da liberdade depende a nossa sobrevivência social (política e ética). Isto é, não obstante o domínio técnico e científico, que tanto nos ajuda, o homem se faz humano na medida em que se converte essencialmente num ser político e ético porquanto a Ética e a Política são pressupostos da vida em sociedade.

Assim como o mundo físico é regido pelas leis do movimento, o homem é regido pelas leis do pensamento lógico e do pensamento político e ético. Como escreve Alexandre Korn, citado pelo Prof. Boson:

[...] não se pode negar nem o determinismo do mundo objetivo nem o império do egoísmo utilitário dos indivíduos. Mas tampouco se pode suprimir a consciência de nossa liberdade e de nossa responsabilidade. Querer suprimir esta dualidade constitui desempenho vão. É desconhecer o conflito psicológico em que se debate a personalidade humana na defesa, cada vez mais ampla, de sua dignidade e na procura da sua liberdade (KORN *apud* BOSON, 1996, p. 269).

O curioso é que os que subestimam a razão e a liberdade fazem-no no exercício da liberdade e da razão. É no exercício da liberdade e da razão que sustentam o nosso inteiro condicionamento às nossas matrizes biológicas, econômicas, históricas e sociais. Portanto, não há como não identificar um paradoxo, uma contradição lógica na tese naturalista/materialista que, *livremente*, afirma que não somos livres porque nossa liberdade encontra-se inteiramente presa a fatores sociais, biológicos, econômicos, históricos, psíquicos, os quais nos com-

pelem a agir assim ou assado. Também não se nos parece pertinente admitir que o espírito derive da libido sublimada, como se o homem estivesse geneticamente vinculado a esse elemento. Que ele existe, não há dúvida. Pretender, no entanto, reduzir as ideias, os valores, a razão e a cultura, enfim, limitar o próprio conteúdo e o sentido do ato de pensar a um subproduto do elemento natureza, a libido, ignorando o papel da liberdade, é fazer tábula rasa de nosso espírito. O papel da razão não é assim tão secundário. “A razão — esclarece Max Scheler — é fonte permanente de ideiação” (SCHELER *apud* BOSON, 1996, p. 141). Nossa razão não é, portanto, inerte, passiva. Qualquer estímulo que receba, venha ele de causas materiais, venha da libido, venha ele de onde vier, tal estímulo apresentar-se-á à razão, que o vai trabalhar, sopesar, pesar, evocar a razão prudencial e submetê-lo ao crivo da consciência histórica e social. Concluída essa complexa e delicada operação, caberá ao homem, em sua inteireza, “autorizar”, ou não, que o estímulo se exteriorize, converta-se numa conduta. Acreditar no contrário implica desacreditar da liberdade, o que é um equívoco moral e científico inaceitável. Em verdade, o que podemos concluir é que a cultura tem sim assento em sólida base biológica (físico-sensorial) e psíquica; contudo, a cultura funciona de modo a que a influência dessa base físico-sensorial e psíquica seja relativa, não absoluta. Diríamos, numa síntese, nossa base biológica tem poder, mas não tem a razão.³

³ Aliás, abrimos aqui um parêntese para dizer que estou em que a Ciência Jurídica, não pode se conservar pré-Freud. Em verdade, tanto a Psicologia quanto o Direito não mais podem trilhar caminhos opostos, como se fossem conhecimentos autossuficientes. Ora, o Direito prescreve condutas e descreve formas para se resolver conflitos sociais; a Psicologia estuda o comportamento humano e o mundo construído internamente pelo homem durante sua vida. Logo, a Psicologia deve ser encarada como ciência auxiliar ao entendimento do Direito e de seus fins. Todo intérprete, além de operar com raciocínio lógico, opera repleto de valores, preconceitos, desejos, de medos e de mecanismos de defesa. Não é aceitável que o Direito ignore por completo os aspectos da subjetividade humana que são estudados pela Psicologia, os quais, quer se queira, quer não se queira reconhecer, repercutem na hermenêutica jurídica. Entendo que nossa Ciência necessita reconhecer que o intérprete opera raciocínios que se encontram estruturados em arquétipos sociais e pessoais, que não têm índole lógica, mas que têm natureza simbólica, pré-lógica e ideológica. Negá-los, ignorá-los, implica negar ou ignorar as leis da vida. Tal atitude em nada ajuda na tarefa hermenêutica. Afinal, se se quer racionalidade, o único caminho de que dispomos é

Numa especulação de fundo antropológico, podemos dizer, com segurança, que o animal racional que também somos, pouco a pouco, mediante o processo educativo, foi se inibindo, foi se contendo, foi aprendendo a administrar os impulsos de seu lado natureza, foi canalizando-os ou desviando-os rumo a valor mais alto. Assim, pela cultura erigida pelo próprio homem para que pudesse enfrentar os riscos inerentes à vida e, ao mesmo tempo, organizar a sua existência em sociedade, já que é um ser gregário, social, um ser que não suporta viver só ou fora do organismo social, homem foi se construindo. A cultura, portanto, não é algo inato no gênero humano, ela é adquirida, conquistada, ainda que deite suas raízes em nosso substrato natureza. Ou seja, para que o nosso espírito não fosse escravo do nosso campo corpóreo-sensorial e psíquico, foi necessário educar o cão que vive em nossa carne, fera que só se contém mediante disciplina da educação, a única atividade capaz de adestrá-lo alimentando sua química cega.

O homem, ser racional que é, pode sobrepor-se a si mesmo e converter, quer o mundo, quer a si mesmo, em objeto do conhecimento. Como detentor da razão prática, a razão que legisla para a liberdade, o homem desenvolve o seu espírito ético;⁴ como possuidor da razão pura, lógica e teórica, da razão que conhece, o homem desenvolve o conhecimento, as ciências (Kant). Contudo, durante a sua existência, defronta-se com o axiológico, por ele mesmo criado, do qual partem exigências que ecoam em sua consciência e que o compelem a pensar na finalidade das suas ações, isto é, por um lado, o homem “atua geralmente em função de finalidades projetadas no futuro”; por outro, atua sabendo que “somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender o seu sentido” (BOBBIO, 1992, p. 51).

enfrentá-los, investigá-los, saída que pressupõe admiti-los porque, por óbvio, se o pré-lógico e o ideológico não são elementos do conhecimento jurídico, devem ser objeto desse conhecimento, até para que se possa gerir o impacto que exercem sobre a hermenêutica.

⁴ Entendemos que a experiência ética se dá a partir da “razão prática”, que pode também ser entendida como vontade, como liberdade, a qual, dialeticamente, trabalha com a “razão pura”, lógico-teórica.

Em sua finitude, à luz de suas circunstâncias, o homem convive com o bem e com o mal, com o belo e o abjeto, com o justo e o injusto, enfim, vive sob direcionamento axiológico por ele definido, o qual procura tornar ação sob as luzes de sua consciência, que é contingente, histórica, datada. Essas exigências axiológicas, no curso de seu processo civilizatório, funcionam como metas ou ideais a serem alcançados por quem os criou: o próprio homem e sua organização social. Essas mesmas exigências axiológicas, que nada mais são senão valores hierarquizados e entabulados a cada momento histórico, servem de guia ao homem, como uma bússola a orientar a sua conduta em sociedade. Com efeito, para que seja acolhido, para não ser segregado, até mesmo afastado do convívio social, o homem age conforme os valores de sua cultura, os quais também são critérios para se distinguir até mesmo a conduta humana da desumana.

Os valores, uma vez criados, imbricam e entranham a cultura em que criados, com tamanha intensidade e vigor, que não podem ser ignorados pelos membros dessa cultura, porque, desde o berço, são semeados sobre a consciência dos que nela vivem e, mediante o processo educacional e civilizatório, verdejam e amadurecem no interior da consciência de cada um dos humanos que se orienta pelos valores de seu agrupamento social e cultural. Esses valores, refletidos e apurados, vão se cristalizando em normas éticas (morais e jurídicas) da sociedade a que pertencem, isto é, convertem-se em exigências cujo teor o homem pode desobedecer, mas não pode negar. Assim, por exemplo, se conhece o sentido do justo, o homem pode não realizá-lo e optar por fazer o injusto, mas sabe, não pode negar a si mesmo, que praticou uma injustiça, quando deveria fazer a justiça. O homem pode mentir, pode até mesmo enganar outrem com sua mentira, mas sabe que mente, não tem como negar a si mesmo que mente.

Não ignoro, naturalmente, a relação integrante que existe entre o valor cultural e a natureza humana (desejos, instintos, impulsos,

interesses, paixões). Em verdade, a percepção do valor é sempre livre; contudo, converter um juízo axiológico em ação demanda esforço racional, requer um ato intelectual de razão e de vontade, porque, não obstante dada inclinação para o não humano, cabe ao homem resistir e construir um significado para si mesmo, e ele o faz mediante um esforço de distanciamento de seu lado animal para tornar-se humano, passando, assim, a assumir como seus os valores sociais e a se conduzir pelos parâmetros impostos a um ser ético, cuja intencionalidade dirige-se ao bem, embora, como qualquer outro valor positivo, o bem e o justo, por exemplo, sejam entendidos à luz do tempo e das diretrizes da cultura em que imersos, porque históricos esses entendimentos, datadas essas interpretações que damos aos valores que constituem a pauta axiológica de uma cultura.

Em breves linhas, os valores, não obstante criados pelo próprio homem, espalham-se, impregnam, imbricam e entranham, penetram e se cristalizam na cultura em que surgidos, induzindo o homem dessa mesma cultura a concretizá-los, uma vez que, com brasa, alojam-se, inscrevem-se em nosso espírito, levando-nos a construir a cultura e, dentro dela, a criar as instituições e o Direito. É que os valores, convertidos em ideais e instituições, fixam-se, de tal modo na inteligência e na cultura que, considerada a fase civilizatória em que nos encontramos, não é fácil encontrar alguém que se ponha contra a democracia, a liberdade, a igualdade, a dignidade ou os denominados direitos sociais. São expressões conceituais que refletem, que exprimem alguns dos valores mais caros à nossa civilização. Incorporados à cultura, passam eles (os valores) a exigir e demandar a sua realização, concretização, materialização, porque, à luz desse momento histórico, traduzem o que entendemos por conquistas civilizatórias.

Assim, aquele que está imerso em nossa cultura, na ocidental, evidentemente, não pode abjurar essas ideias ou ideais porque estaria a abjurar a própria ideia de civilidade, a qual se encontra vincula-

da a questões como dignidade humana, liberdade e igualdade, porque fundamentos do Estado de Direito Democrático. Não à toa, o tirano, mesmo o que se situa fora do Ocidente, mas que o tem como um padrão civilizatório, sobretudo à luz da Carta Internacional dos Direitos Humanos, denomina seu regime político de democrático, elabora e promulga constituições, exalta a liberdade, se diz obediente à lei e se nega a reconhecer qualquer acusação de tirania ou de praticar violação aos direitos humanos. Naturalmente, o que querem esses tiranos é dissimular que cultuam valores diferentes dos que a sociedade entende como justos, para, quem sabe, alcançarem um mínimo de legitimidade.

3 Somos um pé de cacto condenado a produzir orquídea rara!

Somos um ser imanente que, iluminado pela racionalidade, vê-se compelido a transcender a si próprio para constituir sua identidade, sua cultura, bem como para dar um sentido à vida. Remédio que dói, e nem sempre cura, remédio que dói, e transfigura. Devemos nos lastimar? Claro que não! O que seríamos se tivéssemos nossa alma algemada à ordem da necessidade? Nada! Ao que parece, uma força espiritual, uma ferida de transcendência, um fenômeno indizível sempre nos estendeu a mão, ainda que laico ou agnóstico, porque exatamente é essa nossa condição de seres culturais, o que possibilita desfrutar de nossa liberdade, de nossa singularidade, de nosso convívio na pluralidade, da perspectiva que temos de futuro. Enfim, parafraseando Pascal, somos orquídeas raras que se constroem a partir de um pé de cacto; no entanto, ainda assim, temos consciência de que somos o insignificante pensante. Sabemos que nada somos diante da grandeza da natureza e do mundo, sabemos que o universo pode nos esmagar durante a travessia da existência, mas, mesmo assim, continuamos maiores do que o que pode nos aniquilar. “Nós somos plantas que, apoiadas nas raízes,

têm de romper o solo, a fim de poder florescer no Éter e dar frutos” – escreveu o poeta Johann Peter Hebel.

Sem razão alguns teóricos e filósofos, para os quais não conhecemos nem contamos com elementos fortes e aptos o suficiente para nos assegurar que exista um sentido para o homem e para a vida. Ora, uma sociedade incapaz de encontrar um sentido para si mesma é uma sociedade sem causa, uma sociedade perdida, escravizada ou manipulada, exatamente como se esboça a sociedade que tem como dominante a ideologia científico-tecnologizante. Seja da perspectiva agnóstica, da niilista, ou da religiosa, nascemos com vocação para a transcendência, quer como “transcendência na imanência”, como “transcendental”, quer como “absoluto pensado no interior do mundo e da história”⁵ (FERRY, 1999, p. 46-47, 503). Embora nos confessemos otimistas, não temos uma visão ingênua do homem. Não somos ingênuos o bastante para admitirmos que haja no homem uma bondade inata; não obstante, pensamos que pode não assentir aos reclamos de sua ordem natural e resistir ao convite da natureza para viver no mundo das necessidades. Já nos confessamos otimistas, mas não somos cínicos nem otimistas que não trabalham. Preferimos o otimismo ao pessimismo porque todo pessimismo se agarra ao pretérito, tem apego ao passado, opção que equivale a roubar o futuro. Talvez nos coloquemos no mundo como produtos cabais desta assertiva de Nietzsche: “Todo ser humano que busca a grandeza é um ser humano mau: é a única maneira de se suportar”.

Entendo que dois espectros, adversários entre si, habitam a alma humana: o egoísta e o moral. A sociedade, a educação e o processo civilizatório fazem com que esses opostos estendam uma ponte sobre o oceano que os separa, fazem com que esses contrários se comuniquem, se entendam, ainda que ambos se mantenham em praias opos-

⁵ A primeira expressão é de Luc Ferry, a segunda, de Kant, a terceira, de André Comte-Sponville (FERRY, 1999, p. 46-47, 503).

tas. Desse diálogo nasce, pelas mãos da racionalidade e da liberdade, o *zoon politikon* (Aristóteles). Com fundamento em Hobbes (1979), porém, sem adotar suas conclusões, pensamos que, enquanto as forças impulsivas e as paixões humanas, energias realizadoras das ações, nos impelem a tudo querer, a tudo desejar, a razão mostra-nos que, em assim procedendo, produzimos conflitos, nos lançamos uns contra os outros, produzimos a guerra, enfim, colocamos em risco o bem que mais queremos preservar: a vida! Daí que, por temermos a morte, dobramo-nos aos conselhos da razão e passamos a buscar a construção do *pactum*, palavra que deriva de *pax* e que carrega o seu conteúdo axiológico, ou seja, mudamo-nos de lobos em lobos togados.⁶

Não que seja fácil a empresa de nos projetar para além de nossas condições biológicas, históricas, sociais e econômicas. Às vezes, temerosos ou seduzidos pelo universo social posto, tendemos a nos acomodar e a nos dissolver na multidão. Mas, em regra, seres teleológicos que somos, exceto quando nos deixamos trair a nós mesmos, somos seres com vocação para a transcendência, estatuto ontológico que fundamenta a nossa existência e prova material de que a nossa liberdade e a nossa racionalidade só se justificam na medida em que as exercemos para dar sentido ético à finalidade de nossa ação. A verdade é que somos seres transcendentais; portanto, ao contrário dos animais irracionais, que só conhecem o aqui e o agora, que não possuem a noção de tempo nem de espaço, que não têm futuro nem passado, nós, em nossa transcendência, não nos conformamos com o finito, somos rebeldes ao que a realidade oferece, queremos mudá-la, queremos fazer da realidade o que queremos que ela seja. Enfim, vivemos em busca de algo que não é, nunca estamos contentes com o presente, parecemos ter saudades do futuro, sensação que nos angustia e nos salva!

⁶ Numa perspectiva freudiana, todos nós carregamos desejos antissociais e, por essa razão, necessitamos de limites, venham eles de agentes externos (lei), venham eles da autoridade interior (supereu), os quais, temperados pelos ideais culturais e pelas religiões, uma espécie de neurose universal para Freud, minimizam nossa tendência à agressividade e nos permitem a sociabilidade.

Professor Boson, ao comentar a obra de Max Scheler, autor que introduz entre nós uma compreensão menos pretensiosa da razão e mais lúcida da natureza, esclarece que a razão limita-se a elaborar e a oferecer ideias às forças impulsivas (instintos, desejos, inclinações, paixões,⁷ interesses), estas, sim, forças realizadoras das ideias e dos ideais humanos. As ideias, com efeito, quando diante das forças da natureza, não significam mais que um farol, um feixe de luz a indicar o sentido de direção a essa nossa energia impulsiva que emerge da natureza, do nosso campo corpóreo-sensorial e psíquico, inicialmente cego para tudo o que advém da razão (valores, ideias, pensamento lógico, etc.). É desse atrito entre opostos indissolúveis que nasce a fagulha da ignição do motor que movimenta as ações e as realizações do homem, que se dão mediante a intervenção da vontade. Mas, se as forças da natureza se manifestam como algo mau à luz da consciência ética, cumprir à vontade conduzir essas forças em direção a bens superiores, cabe à vontade canalizar as forças da natureza rumo às energias positivas. Opor a vontade às forças da natureza — diz Max Scheler — apenas as fortalece, as excita e as estimula a seguir a direção contrária ao esforço da vontade. Portanto, as ideias e os ideais somente prosperam se, na relação espírito/natureza, contarem com a adesão dos desejos, dos interesses, das paixões, isto é, dos elementos que constituem nosso lado natureza. Se não contam, permanecem ideais ou ideias, mas não se concretizam, não se materializam. Como muito bem pontuou Espinosa (1983), “a razão é incapaz de reger as paixões, exceto se ela mesma se converte em uma paixão”. É que as forças da natureza (desejos, paixões, interesses) são como o vento que bate nas velas da embarcação (ideias ou ideais), empurrando-a rumo de seu objetivo. Nos humanos,

⁷ Nesse particular, conforme Espinosa, o filósofo que nos ensinou que só se combate uma paixão com outra, que uma paixão cujo objeto se tem como possível é mais forte que outra, cujo objeto é tido como impossível. Se se pergunta ao filósofo Espinosa o que é o bem, responde: “a consciência da alegria”. Se se lhe pergunta o que é o mal, responde: “a consciência da tristeza” (ESPINOSA, 1983).

os elementos natureza e espírito constituem uma unidade vital, daí por que ideias nascidas do espírito humano, jungidas às forças da natureza, se manifestam como uma unidade vital e se convertem numa espécie de energia com vistas a concretizar com ímpeto seus objetivos. São as paixões que sustentam e movimentam as ideias que transformam o mundo, não as próprias ideias, as quais, sem a paixão, não têm eficácia realizadora, são como sementes que não germinam.

Fosse o homem só natureza, ele não conheceria a liberdade; fosse o homem só razão, esta seria angelical, santa. “É sob a pressão de dois polos (as inclinações comandadas pela natureza e as leis práticas impostas pela razão pura prática)” (SALGADO, 1995, p. 235), que o homem delibera, submetendo-se ou não à lei moral por ele mesmo socialmente prescrita. Dessa tensão entre nossa vocação para a transcendência e nossa raiz de imanência nasce o homem, equilíbrio que nos propicia compreender o sentido da vida, sendo, ele mesmo, constitutivo de nossa condição. Em verdade, a condição humana nasce desse antagonismo entre razão e vida, nasce de uma relação dialética entre opostos indissolúveis, razão e natureza. Portanto, pode-se afirmar que a razão é capaz de produzir os movimentos da vida social, desde que jungida às forças da natureza; porém, a razão não controla os movimentos das forças da natureza (desejos, necessidades, instintos, paixões), apenas pode lhes oferecer direção, rumo, sentido.

É que são as nossas necessidades, desejos e paixões que movimentam o nosso intelecto no sentido de lhe conferir eficácia nas ações; contudo, cabe à nossa racionalidade, sobretudo à razão prática, ponderar, sopesar, aferir, julgar a ação que se desenha no intelecto, antes de autorizar a conduta, que se exterioriza como vontade. A razão, operando sua função, concebe e apresenta, às forças da natureza, o conhecimento, a ética, as ideias e os valores da cultura; as forças da natureza, operando sua função, penetram nas leis da razão e se deixam penetrar por elas, “aceitam” ou “rejeitam” a direção que se lhe oferece o espíri-

to. Se se juntam, natureza e vontade, teremos energia apta a impulsionar a direção querida pelo espírito; mas, se as forças da natureza se impõem ao espírito e se materializam, mesmo que contra as orientações do espírito, teremos o ilícito, o imoral, o erro; se as forças da natureza, embora se contraponham às orientações do espírito, não se impõem ao espírito, elas se convertem em sublimação, em energia canalizada pelo espírito rumo aos bens mais altos. Assim, mediante essa penetração e interpenetração, mediante essa junção, essa fusão indissolúvel entre as forças da natureza e as luzes do espírito, tem início o curso que dá andamento às construções finitas da história humana.

4 O homem não é só natureza ou somente razão. É ambos!

Em verdade, o homem não é só natureza ou somente razão. É ambos! O homem, assim como as civilizações, é fruto da sublimação dos desejos, interesses e dos instintos que dão asas à inteligência humana. Distingue-se da natureza, dos instintos e desejos, na medida em que tem consciência de si mesmo, de sua liberdade. Embora saiba que existe sobre a natureza, que seus elementos vitais têm suas raízes na natureza, dela se desprende, ainda que a um preço altíssimo, para garantir sua dignidade e a construção de um mundo que é só seu: o da cultura! Deixemos a palavra aos cuidados do professor Gerson de Brito Mello Boson:

O homem apreende a realidade inteligível a partir da sensibilidade. De posse de dados apreendidos, o espírito elabora conceitos, ideias em que unifica mentalmente uma pluralidade de coisas ou de fatos análogos, tornando, assim, também inteligível o seu próprio discurso acerca da realidade. Essa atividade é própria do espírito, lhe é imanente. Ao exercê-la, por razões que a outro campo de estudos cabe explicar, o espírito fixa unidades categoriais de referências últimas — quantidade, qualidade, relação, modalidade, tempo e espaço — que fundamentam, em

limites derradeiros, a inteligibilidade de suas manifestações lógicas. Com o desdobramento multiplicado desses conceitos básicos, o homem faz a sua linguagem, o seu conhecimento não só acerca das coisas da natureza (*physis*), mas também acerca das coisas do próprio espírito (*logos*), criando um significativo universo de vida, continente abismal de universalidades de objetos, em que tudo tem a sua significação, a sua inteligência (BOSON, 1996, p. 97-98, 123).⁸

Embora reconheçamos que a história humana se mostra ambígua, não acreditamos que o homem possa se redimir pela racionalidade nem que a Ciência e o avanço tecnológico possam garantir o progresso moral. Não obstante, ainda que haja muito caminho à frente, existem, é indubitável, zonas de luz na história humana. “É nessa zona de luz que me coloco, em primeiro lugar, juntamente com os movimentos ecológicos e pacifistas, o interesse crescente de movimentos, partidos e governos pela afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem” (BOBBIO, 1992, p. 55). Caminhando pelas zonas de luz, não há razão para crer nem para descrever do progresso moral da humanidade. Situando-se numa perspectiva da vigilância crítica à realidade, nem sempre positiva ao homem, este deve entender que o sentido da vida está em transcender nossa animalidade para que possamos ir ao encontro da espiritualidade. Consoante as palavras de Eric Weil — “a prática moral torna-se prática histórica e seu sujeito não é mais o indivíduo só, mas a humanidade”. Ainda que respeite posições em contrário, penso que, se deixarmos de aspirar ao que nos inspira, ao que nos infunde liberdade e vida, algo de humano em nós vai se perdendo

⁸ Dentre as ideações espirituais empreendidas pelo homem, presente está a ideia ética, a estrutura lógica da ideia ética, o Direito. O pensamento de Miguel Reale, não obstante dele divirja no tocante à origem dos valores, coincide com o nosso nesse ponto. Ei-lo: “A regra de Direito, por conseguinte, não é criação arbitrária do espírito, nem fruto de um capricho do déspota, porquanto, para ser tal, deve necessariamente pressupor um valor a realizar, a análise das condições culturais, a apreciação das soluções que os diferentes casos comportam, para que o valor ético do preceito emanado de uma autoridade competente possua real eficácia no seio do grupo” (REALE, 1998, p. 302-303).

e algo de desumano em nós se incrusta, como mexilhões nos navios naufragados.

Em verdade, uma compreensão mais modesta da razão, uma compreensão da razão liberta de seus fundamentos metafísicos, pode vir a nos ajudar na tarefa de superação desse modo monista e simplista de ver a nós mesmos, ora só razão, ora só natureza.⁹ Seja o pensamento racionalista, que anula a natureza, pretendendo nos converter em semideuses de uma razão empoderada, seja o pensamento naturalista, que dissolve a razão na natureza, pretendendo nos reduzir ao corpóreo-sensorial, ambos fazem tábula rasa de nossa liberdade, da inteligência e vontade e acabam num vazio reacionário e desesperador. Na expressão de Pascal, não somos nem anjos nem bestas (*ni ange ni bete*); na lição do Prof. Joaquim Carlos Salgado, não somos nem anjos nem animais, parecemos estar entre uma condição e outra:

O que ocorre é que o homem não é nem uma divindade (então agiria sempre conforme a vontade pura, que por isso seria santa), nem é fera (que não tem capacidade moral, só se movendo pelas leis da natureza), nem ser diabólico que escolhesse o mal pelo mal — caso em que a liberdade seria totalmente destruída, pois ou o mal seria algo externo que determinaria a razão pura prática, ou a razão pura prática seria uma faculdade maligna, que criaria leis antimorais, o que seria uma contradição. Um ser irracional não comete nenhum mal moral, embora possa ser considerado mau. Num ser diabólico seria impossível a liberdade e a própria razão pura prática (SALGADO, 1995, p. 240).

Sob a ótica do aprofundamento do conhecimento sobre a natureza corpóreo-sensorial e psíquica do homem, ainda que existam

⁹ Oportuno advertir que há um processo de mutação em andamento rumo à superação do que hoje nomeamos humano, que progride na medida em que avança a biotecnologia e que, se se concretizar, fará com que o homem petrifique a sua alma com a biologização de sua existência. Para que evitemos essa cilada, devemos unir o homem ao homem, fazer com que caminhe de si a si mesmo; enfim, abortar esse inescrupuloso reducionismo propagado pelo pensamento monista, talvez seja o nosso grande desafio neste milênio. O monismo não passa de um anti-humanismo, quer se revele sob o manto do naturalismo, quer do racionalismo.

novidades, a evolução da biologia só veio comprovar que diferenças raciais nem sequer existem e que, se existem povos ricos e povos pobres, a causa está na cultura, não no DNA. Existem, sim, culturas mais ajustadas, articuladas, aptas a construir o progresso material e espiritual,¹⁰ não obstante a controvérsia que carrega o vocábulo progresso. No que toca ao DNA, sabe-se hoje que dois alemães podem possuir maior diferença genética do que um brasileiro negro e um alemão. Pouco importa, também, se a divergência nas sequências sobre o genoma humano e o do chipanzé seja de apenas 1,3%, ou que o patrimônio genético do homem seja de 30 mil genes, apenas o dobro do da mosca, ou que a consciência seja uma evolução darwiniana.

Não obstante conheçamos de nosso espírito o equivalente ao que conhecemos do Universo, evoco Edgar Morin, que, alicerçado em MacLean e sua ideia sobre o cérebro humano, escreve que o que temos

[...] é um cérebro triúnico; tal como a Santíssima Trindade, há três seres que são distintos, sendo, simultaneamente, o mesmo; tal como possuímos um cérebro réptil ou paleocéfalo, que é a sede de nossos impulsos mais elementares: a agressividade, o cio; possuímos o cérebro mamífero, com um sistema límbico, que permite o desenvolvimento da afetividade; enfim, temos o córtex e, sobretudo, o neocórtex, que desenvolveu incrivelmente o cérebro do *Homo sapiens* e é a sede das operações da racionalidade (MORIN, 2009, p. 124).

O *homo sapiens*, sob qualquer perspectiva que se adote, é uma espécie singular, singularidade que deriva de nossos atributos exclusivos, como o desenvolvimento da linguagem e da consciência. Além da consciência e da linguagem, o *homo sapiens* desenvolveu talentos

¹⁰ “Veja: O senhor acredita que a humanidade progride ao longo da história? Resposta de Claude Lévi-Strauss: Não acredito que se possa falar em progresso com ‘P’ maiúsculo. Nós não temos nenhum sistema de valores que nos permita dizer que uma escolha é superior a outra. Para mim, seria mais adequado falar em progressos no plural. Não há dúvida de que em vários domínios — na ciência, por exemplo — um considerável progresso foi realizado” (REVISTA VEJA, 2003, p. 90).

outros, como a autoconsciência, a intencionalidade e a criatividade, frutos de seu processo evolutivo.

Sob a perspectiva naturalista/materialista, a ideia de que da matéria viemos, da matéria vivemos e a ela retornaremos não esgota o mistério da existência. Ao contrário, o espanto permanece. Afinal, como explicar: se, somos natureza/matéria, que forças levaram-na a se converter em espírito, em cultura? Se somos matéria, quem — como recorda Luc Ferry — daria ouvidos àquele que argumentasse dizendo: “Atenção, não sou ‘eu’ que vou falar agora, mas um agregado provisório, inconsciente e complexo de células e história cujo efeito, aqui e agora, é afirmar isto ou aquilo?” (FERRY, 1999, p. 24).

Aliás, recentemente,

[...] biólogos passaram a compreender cada vez mais que a linguagem, a autoconsciência, o mito e o ritual eram fenômenos complexos, caracteristicamente humanos, que não podiam ser simplesmente vistos como elaborações sobre o comportamento primata genérico. Os antropólogos, por sua vez, admitiram em grande parte que a teoria que fez tábula rasa da socialização humana é insustentável (ERIKSEN, 2007, p. 201-202).

Enfim, entender a contingência e a finitude humana pressupõe admitir que não somos essencialmente reais. Ou seja, somos limites e possibilidades; somos a realidade que nos impinge nossas âncoras, nossas leis determinantes, e somos a realidade que criamos, isto é, somos realidade e sonho. A conclusão é: nem toda razão aos materialistas nem toda razão aos racionalistas; precisamos compreender que somos substancialmente razão que se alicerça na substancialmente matéria, que somos produto de um delicado equilíbrio entre a natureza e o espírito, entre o temporal e o sublime. É de se concluir que sobre o ser humano existem mais dúvidas que certezas, pelo que a Antropologia tem de se manter aberta, como todo bom conhecimento científico.

Referências

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARLT, Gerhard. *Antropologia filosófica*. Trad. Antônio Celiomar Pinto de Lima. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSON, G. B. M. *Filosofia do Direito: interpretação antropológica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

DESCAMPS, Christian. *As ideias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)*. Trad. Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *História da Antropologia*. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ESPINOSA. Trad. Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

FERRY, Luc. *A sabedoria dos modernos*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Revista Veja*, São Paulo, Edição Especial n. 26, set. 2003.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 16. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

REALE, Miguel. *Fundamentos do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

REVISTA VEJA. São Paulo, Edição Especial n. 26, set. 2003.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Kant*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).